

## Serys quer votar projeto que beneficia microempresa

Um projeto que abre caminho para a legalização de 10,5 milhões de autônomos no país. Assim a senadora Serys Slhessarenko define a Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa, sugerida ao Congresso Nacional por mais de cem entidades, no primeiro semestre. Serys pediu aos deputados federais que votem a proposta que amplia o Simples e unifica impostos. **Página 7**

## Virgílio: governo recua na edição de medidas provisórias

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, afirmou que o presidente Lula reduziu substancialmente a edição de medidas provisórias. Na avaliação do senador, essa redução reflete a total desarticulação da base governista na Câmara e no Senado - circunstância que, segundo ele, estaria inviabilizando a conversão dessas proposições em lei. De 164 medidas editadas por Lula, 16 não foram transformadas em lei. **Página 6**

## Marcha pedirá aprovação do Estatuto da Igualdade

O senador Paulo Paim anunciou ontem a realização de mais uma Marcha Zumbi+10, organizada pela comunidade negra, em favor da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial pela Câmara dos Deputados. O senador disse que o estatuto, acolhido pelo Senado, dará aos afrodescendentes direitos e garantias não assegurados pela Lei Áurea, que aboliu a escravidão. **Página 2**

Tribunal Superior Eleitoral sugere pena de até seis anos de prisão para quem praticar delito em campanha



Ministro Carlos Velloso (D) entrega a proposta de mudança eleitoral a Renan Calheiros

# COMBATE AO CAIXA DOIS NAS ELEIÇÕES

Presidente do TSE afirma que regras podem valer já para as eleições do ano que vem

O ministro Carlos Velloso entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, proposta que visa inibir a prática de caixa dois nas campanhas eleitorais. A pena mínima para os condenados por esse tipo

Renan garante que o Senado terá todo empenho em deliberar sobre as mudanças

de delito será de três anos de prisão, podendo chegar a seis anos. O projeto também prevê que as contas dos candidatos poderão ser reabertas a qualquer tempo. Renan expressou satisfação com a iniciativa. **Página 5**



Governo e oposição, representados na CPI dos Bingos, chegaram a entendimento sobre depoimento do ministro

## Acordo para convocar Palocci

A CPI dos Bingos deve votar hoje a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para explicar denúncias sobre irregularidades quando ele era prefeito de Ribeirão Preto.

O depoimento poderá ocorrer antes de 10 de dezembro. Também hoje a CPI ouvirá o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que teria quitado empréstimo do PT a Lula. **Página 4**

## Incentivo para audiovisual pode ser prorrogado

A Comissão de Educação do Senado analisa hoje, em caráter terminativo, projeto de lei que prorroga até 2016 os incentivos fiscais previstos na Lei do Audiovisual. Entidades ligadas ao cinema vinham manifestando preocupação com o fim dos incentivos, no próximo ano. Na reunião que deve começar às 11h, a comissão analisa outras 17 propostas, entre elas a que extingue as listas tríplices no processo de escolha de dirigentes de instituições federais de ensino superior. **Página 3**



A Comissão de Assuntos Econômicos analisa operação de crédito do governo federal com o Banco Mundial no valor de US\$ 502,5 milhões

## Dívidas de agricultores estão na pauta da CAE

Projeto que trata da repactuação das dívidas dos agricultores está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Marcada para as 9h30, a reunião pode analisar também operação de crédito externo no valor de US\$ 502,5 milhões junto ao Banco Mundial. Os recursos, conforme mensagem presidencial, serão destinados ao setor habitacional, mas poderão ser usados também para saldar compromissos do governo. **Página 3**

### Situação das Forças Armadas em debate

As dificuldades orçamentárias enfrentadas por Exército, Marinha e Aeronáutica devem ser discutidas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. **Página 3**

### Projeto agiliza pagamentos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota amanhã projeto que altera o Código de Processo Civil para tornar mais ágil a execução de dívidas em processo judicial. **Página 3**



Marcha Zumbi +10 pede, hoje, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial pela Câmara dos Deputados

## Paim anuncia nova marcha pelo estatuto

Paulo Paim (PT-RS) anunciou em Plenário a realização, hoje, de mais uma Marcha Zumbi+10, organizada pela comunidade negra, em favor da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara. O senador disse estar otimista com relação à aprovação do estatuto ainda este mês.

Paim afirmou que a comemoração do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, data em que foi morto Zumbi dos Palmares, há 310 anos, teve este ano um novo significado, graças à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial pelo Senado. O estatuto, ressaltou, trará aos afro-brasileiros direitos e garantias que não foram assegurados pela Lei Áurea de 1888, que acabou com a escravidão no Brasil. Além disso, observou, "é um passo importante para a integração entre as raças e a busca de uma política de igualdade entre



Roosevelt Pinheiro

**Estatuto é um passo importante para a integração entre as raças, diz Paulo Paim**

brancos e negros".

Para reforçar a importância da inclusão dos negros, Paim citou dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Segundo a instituição, 64,1% dos pobres brasileiros são negros e, em 2003, 67,9% das crianças brancas no país frequentavam a escola, enquanto o percentual entre as negras era de 32,1%.

## Renan Calheiros abre exposição Artistas Plásticos Brasileiros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa hoje, a partir das 11h, da cerimônia de abertura da exposição *Artistas Plásticos Brasileiros*, no Salão Negro do Congresso Nacional.

A mostra, que tem a finalidade de expor aspectos da diversidade cultural do Brasil e da riqueza de cada região, conta com 81 telas de artistas de todo o território brasileiro indicados pelos senadores

de cada estado.

"O Senado é a Casa da Federação, a Casa dos estados, e é justamente aqui que se revela a diversidade cultural do Brasil", ressaltou Renan, no convite do evento.

A exposição *Artistas Plásticos Brasileiros* pode ser visitada até o dia 2 de dezembro, de segunda-feira a domingo, das 9h às 17h, com entrada franca.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

### Plenário tem pauta trancada por medida provisória

A pauta do Plenário está trancada pela MP 260/05, que liberou R\$ 350 milhões para o Ministério da Defesa. Os recursos foram aplicados em investimentos

na estrutura aeroportuária do país, de acordo com o texto da medida provisória. A sessão está marcada para as 14h.

### Infra-Estrutura analisa indicações para a Aneel

As indicações de Joísa Campanher Dutra e de Edvaldo Alves de Santana para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) serão discutidas pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), às 10h. Na ocasião, eles serão sabinados pelos parlamentares.



### Crédito rural e emendas ao Orçamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem audiência marcada para as 9h30. Em discussão, emendas oferecidas ao projeto

de lei que prevê a repactuação de dívidas originadas por operações de crédito rural (PLS 517/03). Nas reuniões das comissões de Educa-

ção (CE), às 14h30, e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 16h, os senadores analisam as emendas ao Orçamento.

### CPIs da Terra e dos Correios apresentam relatórios

Está marcada para hoje, às 11h, a apresentação do relatório final da CPI da Terra, que investigou os conflitos envolvendo os trabalhadores sem-terra e os produtores rurais no país. A CPI dos Correios

também deve apresentar na reunião de hoje, às 11h, relatório parcial sobre os contratos da Rede Postal Noturna dos Correios, serviço de transporte aéreo de encomendas da estatal.



### CPI dos Bingos decide convocação de Palocci

A convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para explicar denúncias contra a sua gestão na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), deve ser decidida pela CPI dos Bingos às 10h30. A comissão também ouve o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, que teria quitado um empréstimo tomado por Lula junto ao PT. Inicialmente, Lula alegou que ele próprio havia quitado a dívida.

### Cinema em pauta

A Comissão de Educação (CE) analisa, às 11h, a prorrogação até 2016 dos benefícios fiscais previstos na Lei do Audiovisual às contribuições para a produção cinematográfica brasileira. Outra proposta a ser apreciada estende os benefícios do Programa Universidade para Todos (ProUni) aos estudantes favorecidos com bolsa parcial no ensino médio.

### Mostra de artistas brasileiros

Às 11h, será realizada a abertura da exposição *Artistas Plásticos Brasileiros*, no Salão Negro. A mostra traz 81 pinturas de artistas indicados pelos senadores. Todos os estados estão representados no evento, que apresenta um panorama da arte brasileira e pode ser visitado pelo público até o dia 2 de dezembro.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Mão Santa e Luiz Otávio



Projeto nesse sentido consta da pauta da reunião de hoje da Comissão de Justiça

## Pagamento de obrigações de quantia certa deve ser agilizado

A sentença condenatória relacionada ao pagamento de obrigações de quantia certa poderá passar a ter força executiva, deixando de exigir que o cidadão entre novamente na Justiça para cobrar dívidas reconhecidas em processo de conhecimento – fase na qual se discute o mérito da matéria. Projeto do Executivo nesse sentido será examinado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A matéria (PLC 52/04) altera o Código de Processo Civil, que hoje coloca a execução da dívida como fase autônoma. Na prática, atualmente, mesmo quando a Justiça reconhecer uma dívida de quantia certa, se o devedor não pagar espontaneamente, será necessário um novo processo para executá-la. A legislação atual dá força executiva apenas às sentenças de entrega dos bens.

A proposta do governo também determina que a liquidação da sentença, ou seja, a definição do quanto é devido, deve ocorrer no bojo do próprio processo de conhecimento. Modifica ainda os embargos do executado – ins-

trumento pelo qual o devedor rediscute aspectos da dívida na execução, passando-o para a fase do processo de conhecimento.

### Agilidade

Segundo o projeto, o valor a ser pago também deverá ser discutido no bojo do processo de conhecimento que deu causa à decisão e não mais em uma ação específica para a instauração da liquidação. Da mesma forma, fica permitida a liquidação provisória enquanto a matéria ainda está sendo rediscutida em outra instância.

Segundo o relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), essa já é a linha seguida pelos juizados especiais cíveis, com o objetivo de agilizar os procedimentos.

– Adota-se uma medida que condiz com a rapidez almejada nos procedimentos sumários, qual seja, a de privar de sentido, em tais hipóteses, a instauração da liquidação – explica.

Valadares ressalta que, com as novas regras, o processo de conhecimento seguirá seu curso depois de pronunciada a sentença, com o objetivo de proceder à execução.

## Audiência pública na quinta-feira discute situação das Forças Armadas

A situação das Forças Armadas será discutida em audiência na quinta-feira, promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O requerimento para o debate é do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que tem demonstrado preocupação com as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica.

Foram convidados para a audiência, intitulada “O panorama das Forças Armadas frente à realidade brasileira atual”, o ministro da Defesa, vice-presidente José Alencar; o comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque; o comandante da Marinha, almirante Roberto Carvalho; e o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro

Luiz Carlos Bueno.

Durante debate realizado em setembro, senadores da comissão discutiram a possibilidade de criação de uma subcomissão para acompanhar a situação das Forças Armadas. A idéia surgiu em meio ao exame de projeto que autorizava o Executivo a doar aviões T-25 à Bolívia e ao Paraguai – todos com mais de 30 anos de uso. Integrantes da CRE se disseram surpresos em saber que o Brasil ainda mantinha aeronaves tão antigas – “verdadeiras sucatas”, como definiu o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Ainda no debate na comissão, o senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) sugeriu a criação de uma frente em defesa das Forças Armadas.

Comissão de Educação analisa, em decisão terminativa, projeto de Sérgio Cabral que mantém por mais dez anos os estímulos à produção audiovisual brasileira

# Incentivos da Lei do Audiovisual podem ser prorrogados até 2016

A proposta de prorrogação dos incentivos fiscais contidos na Lei do Audiovisual, que vencem no ano que vem, será apreciada hoje, em decisão terminativa, na Comissão de Educação (CE). De acordo com o projeto de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), os incentivos ficarão em vigor até 2016.

A necessidade de prorrogação dos benefícios obteve consenso durante audiência pública promovida em agosto pela Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, vinculada à CE. Na ocasião, representantes de entidades ligadas ao cinema alertaram para o risco de inter-

rupção da produção nacional caso não fossem renovados os estímulos.

Durante a audiência, Cabral alertou para a necessidade de se promover uma união de esforços no setor pela renovação dos incentivos. O projeto (PLS 361/05) tem parecer favorável do relator, Gerson Camata (PMDB-ES).

Entre os outros 17 itens da pauta da CE está o projeto (PLC 95/03) que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino superior (Ifes). A proposta tem parecer favorável de José Maranhão (PMDB-PB), na forma de substitutivo.

De acordo com o texto elaborado por Maranhão, os estatutos das Ifes definirão a forma de escolha de seus dirigentes, asseguradas, no caso dos reitores, eleições diretas pelo conjunto da comunidade. Ainda segundo o substitutivo, os dirigentes máximos terão mandato de cinco anos, vedada a reeleição, e deverão possuir o título de doutor.

Também pode ser votado projeto do senador licenciado Hélio Costa (PLS 222/05), que simplifica normas sobre alterações societárias das empresas jornalísticas e de rádio e televisão. A matéria tem parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA).



Proposta que extingue a lista tríplice no processo de escolha de reitores das universidades federais também será examinada pela CE

## Crédito para habitação e dívida de agricultores na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje a Mensagem Presidencial 229/05, que solicita autorização para que o governo contrate operação de crédito no valor de US\$ 502,5 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos são destinados ao setor habitacional e poderão também ser utilizados para saldar com-

promissos financeiros externos assumidos pelo governo. Caso a CAE aprove o parecer favorável de Ramez Tebet (PMDB-MS), a matéria vai a Plenário.

Presidida por Luiz Otávio (PMDB-PA), a CAE deve votar ainda as emendas apresentadas a projeto de César Borges (PFL-BA) que trata da repactuação de dívidas de agricultores que tiveram safras atingidas por enchentes ou pela

seca em 2003 (PLS 517/03).

Entre as emendas está a de Leonel Pavan (PSDB-SC), que beneficia os produtores do Sul do país. O projeto original abrangia apenas agricultores familiares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e parte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. O limite do benefício deverá ser de R\$ 20 mil, conforme emenda de Aloizio Mercadante (PT-SP).

## Comissão examina redução de tarifa aérea para idosos

A Comissão de Direitos Humanos e de Legislação Participativa (CDH) examina amanhã 17 projetos de lei, três pedidos de audiência pública e quatro sugestões da Associação Comunitária de Chonin de Cima (Acocci), do município de Governador Valadares (MG).

Entre os projetos, estão duas propostas de benefícios para ido-

sos. A primeira, de Ramez Tebet (PMDB-MS), determina desconto nas tarifas de passagens aéreas, rodoviárias e marítimas, domésticas e internacionais, para cidadãos maiores de 60 anos. A matéria (PLS 287/99) tramita em conjunto com proposta do então senador Luiz Estevão (PLS 569/99).

Em seu parecer, Sérgio Cabral (PMDB-RJ) optou pela aprova-

ção das propostas na forma de substitutivo, que limita a 50% o desconto em passagens domésticas para cidadãos maiores de 65 anos com renda de até dez salários mínimos. Segundo Cabral, autorizar desconto em passagens internacionais não seria juridicamente possível, porque precisaria ser aprovado em convenção internacional.



## Alvaro critica negócio entre Caixa e BMG

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) contestou ontem nota divulgada pela Caixa Econômica Federal sobre a aquisição de parte da carteira de empréstimos consignados do banco BMG ao preço de R\$ 1,094 bilhão. Ele protestou contra o fato de a Caixa não haver enviado ao Senado cópia do contrato firmado com o BMG, mas apenas uma resolução de duas folhas autorizando a transação.

– Não consta do processo [de aquisição] a realização de nenhum tipo de auditoria externa. Existe apenas um relatório de *due diligence*, elaborado por técnicos da própria Caixa, no qual a análise da transação é feita com extrema superficialidade – afirmou.

De acordo com Alvaro Dias, a justificativa da Caixa para a compra, baseada na situação de falta de liquidez no mercado em razão do processo de intervenção no Banco Santos, seria falsa, pois apenas uma das seis operações de compra realizadas com o BMG estaria incluída no período da crise provocada pela insolvência do banco paulista.

O parlamentar questionou ainda o argumento da Caixa de que, com a compra, teria adquirido também uma base de clientes, uma vez que o BMG não repassou o cadastro dos devedores. Alvaro cobrou da Caixa explicações sobre as razões de não ter ela própria concedido os empréstimos, visto que operava com esse tipo de crédito antes de o BMG entrar no mercado.

– Cabe lembrar que a estatal lucraria muito mais se emprestasse diretamente o dinheiro – observou.



Segundo Alvaro Dias, Caixa não ofereceu argumentos que justificassem o negócio

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos vota hoje requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior para que seja ouvido depoimento do ministro da Fazenda



Votado o requerimento, a CPI dos Bingos colherá o depoimento de Paulo Okamoto acerca de possível quitação de empréstimo do presidente Lula

## Entendimento entre governo e oposição permitirá convocar Palocci

Antes do depoimento do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, marcado para hoje às 12h, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos deverá votar a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Se o requerimento for aprovado, o depoimento de Palocci poderá ocorrer antes do dia 10 de dezembro, conforme já informou o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB).

Apesar de a oposição ter maioria na

comissão, já existe um entendimento entre a base do governo e o PSDB e o PFL para que o requerimento, de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC), seja aprovado na reunião de hoje.

Palocci terá a oportunidade de explicar denúncias sobre supostas irregularidades cometidas quando ele era prefeito de Ribeirão Preto (SP). Entre as acusações, está a de pagamento de propina por empresas que prestavam serviços à prefeitura

para a formação de caixa dois que seria usado em futuras campanhas eleitorais do PT. Em troca, a empresa embolsava recursos da prefeitura por meio de notas fiscais superfaturadas. Palocci nega as acusações.

Logo após a votação do requerimento de Mesquita Júnior, será iniciado o depoimento de Paulo Okamoto. Ele terá que explicar uma possível quitação de empréstimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto ao PT.

## Eduardo diz que ministro da Fazenda deve ser ouvido por CPI

Ao discursar em Plenário ontem, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a postura de seu partido na audiência com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na ocasião, o PSDB – assim como os outros partidos da oposição – se restringiu a questões relacionadas à economia do país, evitando perguntas sobre as denúncias de corrupção na cidade de Ribeirão Preto quando Palocci era prefeito. O parlamentar afirmou que “é preciso preservar os

foros adequados”.

Para ele, as denúncias de corrupção devem ser abordadas em uma CPI; se fossem tratadas na CAE, a natureza dessa comissão seria, segundo o senador, “desvirtuada”.

– Vamos fazer as coisas no foro apropriado, de forma tempestiva – ressaltou.

Eduardo Siqueira Campos também pediu ao governo federal que se mobilize para aprovar rapidamente o aumento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios na



Para Eduardo, a CAE não era o foro apropriado para tomar o depoimento de Palocci

Câmara dos Deputados – a medida já foi aprovada no Senado.

– Isso permitirá às prefeituras pagar o 13º salário. É preciso resgatar os municípios da penúria – afirmou.

## Arthur Virgílio: denúncia de falsificação é estarrecedora

Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou estarrecedora e inacreditável a reportagem da revista *Veja* desta semana que informa ser falsa a assinatura do ex-presidente do PT Tarso Genro em representação contra o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS). Embora o ex-dirigente petista assegure ter assinado o documento encaminhado ao Conselho de Ética

da Câmara, a revista submeteu a suposta assinatura de Genro a análise grafotécnica do perito Celso Del Picchia, que expediu laudo negando sua autenticidade.

– Se todo o PT queria processar Onyx Lorenzoni, que acusou o ex-ministro José Dirceu de omitir empréstimo de R\$ 14 mil junto ao partido, por que falsificar a assina-

tura de Tarso Genro? Por que não pegar a assinatura eletrônica dele? Essa questão não é meramente policial ou política, é psiquiátrica – sentenciou.

Arthur Virgílio comentou ainda os rumos da política econômica e disse ver em perigo o tripé representado por ajuste fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante.

## Amir Lando lamenta fim da CPI do Mensalão

O senador Amir Lando (PMDB-RO) lamentou o “sepultamento forçado” da CPI do Mensalão, presidida por ele. Para o parlamentar, o que aconteceu foi inconcebível.

– Uma comissão parlamentar de inquérito é uma delegação do Congresso Nacional com poderes jurisdicionais que tem o direito e o dever de investigar os fatos em nome de toda a nação. Nenhum parlamentar pode se furtar ao dever de buscar a verdade. No entanto, não quiseram cortar na própria carne – protestou.

Na avaliação do senador, era perfeitamente possível que a comissão de inquérito chegasse ao seu fim com êxito, pois o objeto e os fatos estavam identificados. Segundo ele, faltavam apenas alguns passos para desvendar a quem foram destinados os recursos do esquema de corrupção que teria tido como coordenador o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e como operador o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza.

– Há outras comissões atuando. Os caminhos já estão apontados. Basta percorrê-los com determinação e compromisso com o país – pediu.

Amir Lando observou que, agora, o Congresso terá que repensar o próprio destino do país, além de reavaliar conceitos como vergonha, reputação, imagem pública e justiça.

– Eu me rendo. A história haverá de cobrar – concluiu.

O parlamentar de Rondônia recebeu cumprimentos de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da CPI dos Bingos, e de Mão Santa (PMDB-PI).



Amir Lando: Congresso terá que reavaliar conceitos como vergonha, reputação e justiça





Antonio Carlos lembra que **Ciro beijou suas mãos quando esteve em campanha na Bahia**

## Para ACM, **Ciro Gomes não tem caráter**

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) atacou duramente ontem o ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, em razão de ofensas proferidas contra o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA). O ministro chamou ACM Neto de “tampinha” e “anão moral” devido a uma ameaça do deputado de dar uma surra no presidente Lula.

– Num dia ele [Ciro Gomes] está de barbinha, em outro de bigodinho, depois tira a barba. É realmente um tipo que quer sempre mudar de cara, porque cara ele não tem e muito menos caráter.

Antonio Carlos atribuiu os ataques pessoais do ministro à sua contrariedade com a oposição do PFL ao projeto de transposição do rio São Francisco.

Além de acusar **Ciro** de ter recebido recursos do valerioduto, Antonio Carlos disse que o ministro recebeu salário de R\$ 25 mil do Banco do Nordeste “sem fazer nada”.

– **Ciro**, que teve o meu apoio, é exagerado quando critica. Tanto que, quando esteve na Bahia, para agradecer os baianos, beijou a minha mão.

Condenados por irregularidade eleitoral poderão pegar até seis anos de prisão, conforme sugere o Tribunal Superior Eleitoral ao Congresso

# Renan apóia proposta do TSE para inibir o caixa dois nas campanhas

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Mário Velloso, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, proposta destinada à revisão dos delitos eleitorais e dos processos abertos em decorrência de crimes dessa natureza. O principal objetivo das mudanças é inibir a prática de caixa dois nas campanhas eleitorais. Para condenados à restrição de liberdade nos casos em que o Código Eleitoral prevê esse tipo de punição, a pena mínima será de três anos de prisão, podendo chegar a seis.

Atualmente, a legislação prevê pena de prisão de até cinco anos. Porém, na prática, os réus são normalmente sentenciados a apenas um ano e acabam se livrando da cadeia porque quase sempre são primários (sem condenação anterior), beneficiados pela possibilidade de prescrição do crime durante o processo, prevista em nossa legislação.

– Se havia possibilidade de o infrator safar-se pela prescrição, com a pena mínima de três anos isso não será mais possível – observou Velloso.

A mudança que amplia as chances de prisão está entre as medidas que exigem alterações na legislação eleitoral no Congresso. Se aprovada a tempo, podem valer, segundo o ministro, já nas próximas eleições. Isso porque não altera normas do processo eleitoral. Outras medidas vão ser implementadas por instruções do próprio TSE.

A proposta também prevê que as contas dos candidatos podem ser reabertas a qualquer tempo, até o término do mandato, o que ele diz ser praticamente impossível nas condições atuais. Além disso, os



Ministro Carlos Velloso (E) entrega projeto de reforma eleitoral a Renan Calheiros

partidos e candidatos vão pagar multas muito maiores – o valor máximo atual, de R\$ 270 mil, pode chegar a R\$ 6,48 milhões – se infringirem a legislação.

### Pauta

Renan Calheiros disse que recebia a proposta com muita disposição, salientando que o Senado terá todo o empenho em deliberar sobre as mudanças sugeridas. Anunciou que terá ainda nesta semana encontro com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para definir uma pauta de interesse comum das duas Casas,

com possível inclusão do projeto do TSE.

– Já está na hora de nós colocarmos essa caixa preta no lixo, essa escrescência que nós convencionamos chamar de caixa dois – comentou Renan, após receber Velloso.

Renan também manifestou discordância com a manutenção do instituto de verticalização partidária nas próximas eleições. Afirmou que é a favor do princípio, mas entende que sua adoção no próximo pleito, fora do bojo de ampla reforma eleitoral, será a “verticalização do caos”.

## Cardozo aponta irregularidades em contrato dos Correios

O sub-relator de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), vai divulgar hoje seu primeiro relatório parcial a respeito da Skymaster, empresa de transporte aéreo que opera a rede postal noturna nos Correios. Ele vai apontar irregularidades, como o superfaturamento praticado em contratos firmados com a estatal.

– Essa empresa cometeu uma série de irregularidades e ilicitudes, que vão desde condução de licitação e

conluio de empresas por meio de arrendamento simulado até remessa indevida de recursos para o exterior. É um conjunto de irregularidades muito grande – explicou o deputado.

Ainda hoje, os parlamentares da CPI dos Correios vão realizar reunião administrativa para votar requerimentos, entre eles os que convocam o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato e o ex-superintendente do Banco Rural Carlos Godinho. As audiências foram agendadas para as próximas semanas,

antes mesmo da aprovação dos requerimentos. Carlos Godinho deverá ser ouvido na quarta-feira da próxima semana, às 11h, e Pizzolato na primeira quarta-feira de dezembro (7), também a partir das 11h, se os requerimentos forem aprovados.

Pizzolato aparece como sacador das contas das empresas de Marcos Valério Fernandes de Souza. Já Godinho deu uma entrevista à revista *Época* da semana passada, afirmando que os empréstimos ao PT e a Valério eram de fachada, feitos “para não pagar”.



Alberto Silva contesta Embrapa e diz que mamona produz bem em terras com baixa altitude

## Alberto Silva quer custeio para mamona

Alberto Silva (PMDB-PI) contestou da tribuna, com uma fotografia, um “estudo teórico” de técnicos da Embrapa recomendando ao governo que não financie o plantio de mamona em terras com altitude inferior a 300 metros. A foto mostra uma plantação “bem-sucedida” a 150 metros de altitude, no município de Capistrano (CE).

Alberto Silva lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recomendou a todos os agricultores do Nordeste que plantassem mamona para produção de biodiesel, dizendo que, ao fazer isso, iriam “ganhar muito dinheiro”. Faltando dois meses para o início do plantio, o Banco do Nordeste, baseado no zoneamento da Embrapa, recusa-se a conceder o financiamento para regiões mais baixas.

– Presidente Lula, se esse zoneamento não for corrigido, os agricultores do Nordeste vão perder um ano. Se não plantarem a mamona, vão plantar milho, que é vendido a dez centavos o quilo. Já a mamona é vendida a 70 centavos – desabafou o parlamentar.

Alberto Silva apoiou o senador Mão Santa (PMDB-PI), que protestou contra multas aplicadas por fiscais do meio ambiente aos produtores de camarão do Piauí. Lembrou que em Teresina, há alguns anos, uma curadora do meio ambiente conseguiu adiar por quase dois anos a obra do metrô por causa de “algumas carnaubeiras que estavam no caminho”. Disse que as carnaubeiras nem eram nativas da área.



Biblioteca Acadêmica  
Luiz Viana Filho

Informação ao alcance de todos

Senado Federal  
Subsecretaria de Biblioteca  
e-mail: tsbib@senado.gov.br  
www.senado.gov.br/biblioteca





Mão Santa afirma que multas do Ibama prejudicam obtenção da licença ambiental

### Mão Santa defende criador de camarão

Mão Santa (PMDB-PI) protestou ontem contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que estaria criando dificuldades para os criadores de camarão do Piauí, prejudicando a economia e provocando desemprego. Em razão disso, a produção anual do crustáceo no estado teria caído de 1.600 toneladas para apenas 500, conforme o senador.

Mão Santa afirmou que fiscais do Ibama têm multado diversos carcinicultores (produtores de camarão), prejudicando a obtenção da licença ambiental. O parlamentar também queixou-se do fato de o Piauí, que é governado pelo PT, ser o único estado do Brasil que não pode conceder essa licença.

### Luiz Otávio pede voto de pesar por conselheiro

Na presidência da sessão de ontem, Luiz Otávio (PMDB-PA) apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará José Maria Barbosa. O senador informou que o presidente do Senado, Renan Calheiros, enviará voto de condolências à família do conselheiro.

Segundo o líder do PSDB, a diminuição reflete desarticulação da base governista na Câmara e no Senado, o que estaria inviabilizando a conversão dessas propostas em lei

## Virgílio aponta recuo do governo na edição de medidas provisórias

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), atestou a redução substancial do número de medidas provisórias editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto 58 foram editadas em 2003 e 73 em 2004, o governo Lula encaminhou ao Congresso, de janeiro até agora, apenas 33 MPs. Na avaliação do senador, essa diminuição reflete a total desarticulação da base governista na Câmara e no Senado, circunstância que estaria inviabilizando a conversão dessas proposições em lei.

— Até hoje foram editadas 164 medidas provisórias. Desse total, o governo não conseguiu converter em lei simplesmente 16 medidas. Elas ou foram rejeitadas, ou perderam eficácia por decurso de prazo, ou foram prejudicadas, e o que é pior, foram revogadas, mostrando um claro desinteresse por parte do governo para aprovar as medidas provisórias encaminhadas ao Congresso — disse.

Como exemplos de MPs do atual governo derrotadas no Congresso,

Medidas provisórias	2003	2004	2005
Editadas	58	73	33
Média mensal	4,83	6,08	3
Convertidas em lei	57	66	16
Em tramitação	---	---	9
Prejudicadas	---	---	2
Rejeitadas	---	4	3
Revogadas	1	---	1
Perderam eficácia	---	3	2

(Atualizado em 21/11/05)

Arthur Virgílio citou a MP 258, que criava a Super-Receita e deixou de valer por não ser votada a tempo em Plenário; a MP 232, que corrigia a tabela do Imposto de Renda e teria caído por onerar os prestadores de serviços; e a MP 233, que instituiu a Superintendência da Previdência Complementar e teria sido rejeitada no Senado por criar cargos comissionados “para acomodar petistas derrotados em eleições”.



Virgílio explica que as medidas foram rejeitadas, revogadas ou prejudicadas

### Inclusão social da população de rua será discutida na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá examinar na quinta-feira projeto que autoriza o Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua. A proposta, do senador Paulo Paim (PT-RS), pretende gerar oportunidades de qualificação profissional para essa parcela da população.

O programa será coordenado pelas instâncias do governo em convênios com órgãos federais de assistência social e por organizações não-governamentais. O projeto prevê que os recursos serão provenientes do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A proposição recebeu parecer favorável da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) e terá, na CAS, decisão terminativa. A audiência do colegiado está prevista para começar às 9h30, e da pauta constam outros sete itens.

Também na quinta-feira, às 10h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reunirá para discutir emendas da comissão ao Orçamento da União. Com a mesma finalidade, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) fará reunião amanhã, às 16h.

### Câmara debate a adoção de crianças por estrangeiros

Projeto de lei de autoria da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), que amplia de 15 para 30 dias o prazo mínimo de convivência em território nacional para adoção de crianças brasileiras por estrangeiro, seguiu ontem para deliberação da Câmara. O projeto (PLS 314/04) também torna obrigatória análise de comissão estadual judiciária de adoção, que fornecerá um laudo de habilitação para instruir o processo.

Na última sexta-feira, esgotou-se o prazo para interposição do recurso para apreciação da proposta pelo Plenário. A matéria já havia sido aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Justiça no dia 19 de outubro. No entanto, em virtude do trancamento da pauta do Plenário, o parecer só pôde ser lido no dia 9 de novembro.



Projeto de Patrícia Saboya exige laudo de comissão judiciária



Garibaldi diz que Caixa Econômica aplicou menos de 5% do valor disponível no setor

### Garibaldi quer investimentos em saneamento

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ontem, em Plenário, que o governo federal dispense mais atenção ao saneamento básico. Segundo o senador, dos R\$ 3,8 bilhões que a Caixa Econômica Federal tem disponíveis em 2005 para investir em obras de saneamento básico e infra-estrutura no Brasil, foram liberados apenas R\$ 176 milhões até 27 de outubro.

— Faltam dois meses para o término do ano e a Caixa Econômica só conseguiu executar menos de 5% do valor disponível — avaliou.

Garibaldi informou que o presidente Lula anunciou a liberação de R\$ 4 bilhões para estados e municípios aplicarem no setor. Ele disse esperar que os recursos não sofram contingenciamento.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) citados por Garibaldi mostram que cada R\$ 1 investido em saneamento proporciona uma economia de R\$ 4 em gastos com a saúde. Justamente por isso, defendeu ele, a sociedade precisa aprofundar a discussão sobre o tema. Na opinião de Garibaldi, trata-se de “um resgate de uma dívida social enorme”, pois, conforme o senador, 82 milhões de brasileiros vivem sem esgoto, 43 milhões vivem sem água potável e 14 milhões não dispõem de coleta de lixo.

### Senado presta homenagem a Afonso Arinos

O Senado Federal prestará amanhã homenagem ao ex-senador e ex-deputado Afonso Arinos de Melo Franco, por ocasião do centenário de seu nascimento. A solenidade será realizada às 11h, no Plenário. O requerimen-

to é do senador Marco Maciel (PFL-PE). Em 1943, Arinos foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros* e um dos redatores do manifesto de lançamento da União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia a

oposição liberal. Em 1947 foi eleito deputado. Em 1950, teve aprovado projeto de sua autoria que tornou crime a discriminação racial: a Lei Afonso Arinos. Com a volta de Vargas ao poder, em 1951, passou a fazer oposição

ao governo. Em 1958, foi eleito senador. Participou do movimento que depôs João Goulart em 1964 e foi um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do governo militar.



Maciel frisa que governo não vem cumprindo papel de provedor da Fundação do Homem Americano

## Maciel cobra recursos para parque no Piauí

Marco Maciel (PFL-PE) pediu ontem ao governo federal, em discurso no Plenário, a liberação de recursos para a Serra da Capivara, no estado do Piauí, para que o parque instalado na área não seja destruído e as pesquisas ali realizadas continuem a ser desenvolvidas. O senador informou que o deputado Paes Landin fez o mesmo apelo na Câmara. Maciel solicitou que o Senado também se manifeste pela preservação do parque.

O senador disse que o parque é administrado mediante parceria entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama) e a Fundação do Homem Americano, criado pela Missão Franco-Brasileira do Piauí. Ele afirmou que o governo federal não vem cumprindo sua parte na condição de co-gestor e provedor.

Maciel lembrou que o parque foi criado em 1979, com a finalidade de proteger a flora e a fauna, tendo sido incluído na lista do patrimônio mundial devido ao seu rico acervo composto por mais de 700 sítios arqueológicos. O parlamentar chamou atenção para a questão da caatinga, "bioma com características próprias, que guarda peculiaridades que não podem ser desprezadas".

O senador por Pernambuco pediu a inserção nos Anais de textos de *O Globo*, de 2 de novembro, sob o título "Funcionários do parque arqueológico são demitidos por falta de dinheiro", e de *O Estado de S. Paulo*, de 3 de novembro, intitulado "O mau exemplo de Iguazu", por tratarem do tema.

Senadora espera que proposta visando tirar da informalidade 10,5 milhões de autônomos seja votada até dezembro pelo Senado, e para isso pede à Câmara rapidez no exame da matéria

# Serys pede votação da Lei Geral da Pequena Empresa ainda este ano

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu aos deputados federais que votem com rapidez o projeto da Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa, sugerido ao Congresso por mais de cem entidades, no primeiro semestre. Segundo afirmou, "esta é uma das leis mais importantes examinadas pelo Congresso nos últimos tempos", pois abre caminho para a legalização de 10,5 milhões de autônomos em todo o país. Ela espera que a proposta possa ser votada pelo Senado ainda neste ano.

Serys destacou que o projeto amplia o Simples nacional, unificando oito impostos federais, estaduais e municipais. Além disso, vai elevar os valores dos faturamentos para que uma empresa seja beneficiada. As micros, que hoje só podem ser



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Projeto unifica oito impostos e amplia limites para inclusão no Simples, lembra Serys

contempladas pelo Simples até o limite de R\$ 120 mil de faturamento anual, deverão contar com as vantagens até o valor de R\$ 480 mil. Já o limite para as pequenas empresas será elevado de R\$ 1,2 milhão para

R\$ 3,6 milhões.

A senadora também dirigiu apelo ao Ministério da Cultura para que ajude os mato-grossenses a recuperar o Cine Teatro Cuiabá, uma das relíquias culturais do estado que, apesar de tombada pelo patrimônio histórico, encontra-se fechada e em situação "lastimável". Ela informou que terá um encontro com o ministro Gilberto Gil para tratar do assunto.

Serys sugeriu ainda que o Ministério da Educação e os professores das universidades federais em greve façam esforço para que o diálogo não seja encerrado e os dois lados possam chegar a bom termo. A senadora fez o apelo na condição de ex-professora, inclusive da Universidade Federal de Mato Grosso, onde trabalhou por 23 anos.

## Mesquita Júnior critica desempenho de programa para a inclusão digital

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) criticou ontem o desempenho do programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), que visa promover a inclusão digital no país, via satélite.

O Gesac, conforme destacou, foi criado em outubro de 2002 com a finalidade de tornar possível aos cidadãos o acesso à Internet a partir de escolas, sindicatos, organizações não-governamentais e outras entidades. Seriam instalados pontos de intercomunicação com a rede mundial, utilizando antenas conectadas a satélites.

Segundo Mesquita Júnior, existem

hoje cerca de 3.200 pontos de acesso, sendo que 2.241 (70% do total) estão situados em apenas dez estados. Ele salientou que auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) em 120 locais de funcionamento do sistema concluiu que 30% das instituições visitadas não tinham acesso à Internet, apesar de já contarem com antenas, *modems* e infra-estrutura de rede.

De acordo com estimativas citadas pelo senador acreano, cerca de mil pontos do Gesac estão fora de uso por falta de instrutores, computadores, papel e tinta, entre outros itens que devem ser custeados pelas entidades beneficiadas.



Segundo Mesquita Júnior, cerca de mil pontos do Gesac estão fora de uso por falta de recursos

A meta inicial do Gesac era atender a 95 milhões de pessoas, com prioridade para as localidades mais pobres. Até agora, o Ministério das Comunicações já empregou na iniciativa, segundo o parlamentar, cerca de R\$ 100 milhões.

## José Agripino diz que política econômica do governo prejudica RN

José Agripino (PFL-RN) trouxe ontem, ao Plenário, reivindicações dos habitantes dos municípios de Baraúnas e de Mossoró, em seu estado. Para ele, os problemas enfrentados pelas economias locais do interior do Rio Grande do Norte são reflexo da política econômica "comandada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva".

Agripino afirmou que a desvalorização do dólar diante do real está "quebrando" os produtores de melão



Empréstimo a aposentados transferiu renda para bancos do Centro-Sul, afirma Agripino

no município de Baraúnas, formado apenas por pequenos e médios agricultores. A região, segundo o parlamentar, ocupou na última década lugar de destaque como um dos

principais exportadores de melão para o mercado europeu. A seu ver, a desvalorização da moeda americana é consequência da alta taxa de juros adotada pelo governo federal, que inibe a produção e estimula a especulação financeira.

Agripino também lamentou a situação dos comerciantes do município de Mossoró. Segundo informou, o estímulo dado pelo governo federal para que aposentados aderissem a créditos consignados acabou endividando a população e inviabilizando o comércio local. Além disso, continuou o senador, esse tipo de crédito transferiu parte da renda dos moradores locais para os bancos do Centro-Sul.



Edison Lobão solicita ao governo maranhense que reveja decisão de retirar acervo de convento

## Lobão apela por Memorial José Sarney

Edison Lobão (PFL-MA) fez apelo ao governo do Maranhão e aos deputados da assembleia legislativa do estado para que revejam a decisão de retirar as obras que compõem o acervo do Memorial José Sarney. Entre essas obras incluem-se documentação sobre a passagem do senador José Sarney (PMDB-AP) pela Presidência da República (1985-1990), além de obras de arte, mapas antigos e livros raros.

– Minha esperança é a de que o governador do Maranhão e os representantes do povo maranhense na assembleia legislativa meditem sobre a injustiça que estão para cometer e encontrem a solução para preservar o precioso acervo mantido no Convento das Mercês.

Lobão frisou que é comum organizar memoriais e fundações para a preservação de documentos históricos referentes aos presidentes da República. Ele destacou os memoriais de Tancredo Neves, em São João Del Rey (MG), e de Juscelino Kubitschek, em Brasília, além da fundação do ex-presidente Fernando Henrique.

Ele observou que a Fundação da Memória Republicana, mantenedora do memorial, propicia ainda as atividades do Instituto da Amizade Latino-Americana, do Instituto da Amizade dos Povos de Língua Portuguesa, o Coral das Damas das Mercês e a Escolinha da Banda de Música do Convento das Mercês, dedicada aos meninos de rua. Em aparte, Lobão recebeu apoio do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).



Presidente do Senado diz que adoção de regras sem votação nos parlamentos dos países-membros provoca entraves à segurança jurídica do bloco comercial



Ao lado de Nelson Jobim, Renan Calheiros (E) fala no 3º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul e Associados, realizado no STF

## Renan: normas do Mercosul devem passar pelo Legislativo

Ao falar ontem na abertura do 3º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul e Associados, no Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ser essencial a discussão do papel dos legislativos dos países-membros no exame das normas do bloco comercial. O senador destacou que, até o ano passado, a aprovação das normas do Mercosul pelos parlamentos nacionais oscilava entre 31% e 41%.

– A maior parte das normas que demandam aprovação le-

gislativa nem sequer ingressou nos órgãos legislativos. Esse é um problema político, de vontade política que provoca entraves na segurança jurídica do Mercosul – declarou.

Renan disse concordar com o presidente do STF, ministro Nelson Jobim, sobre a necessidade de se definir a hierarquia dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro. Jobim também dedicou parte do seu discurso ao assunto.

### Papel do Senado

O senador enfatizou o papel do Senado no aperfeiçoamento

do Judiciário brasileiro. Nesse processo, destaca-se, segundo Renan, a aprovação da Emenda Constitucional 45 (reforma do Judiciário), que, entre outras inovações, criou o Conselho Nacional de Justiça e a súmula vinculante. "O objetivo é banir da cena judiciária brasileira os recursos meramente protelatórios e agilizar o julgamento das causas", assinalou.

Renan observou que o Senado intensificou a luta contra a burocracia, visando simplificar as relações do cidadão e das empresas com o Estado.

## Senador sugere "sintonia fina" na política econômica

O presidente do Senado, Renan Calheiros, sugeriu ontem a realização de uma "sintonia fina" na política econômica, para ajustá-la à realidade do país. Ele observou, no entanto, que a alternativa não é "a ganância e o desequilíbrio fiscal". Renan frisou que a política econômica tem acertos e que é preciso "encontrar um meio termo".

Sobre a pressão que o ministro

da Fazenda, Antonio Palocci, vem sofrendo dentro do próprio governo, Renan afirmou que isso "é um equívoco, pois a política econômica produziu resultados e pode produzir mais ainda". Para o senador, "quem pensa que essa política já deu o que tinha que dar está redondamente enganado".

O parlamentar destacou que a convocação de Palocci para prestar esclarecimentos sobre

denúncias de corrupção na prefeitura de Ribeirão Preto, à época em que era prefeito, precisa se dar o mais rápido possível para "não fermentar ainda mais" a crise política. A proposta da oposição de deixar em aberto a data para o ministro comparecer à CPI dos Bingos, acredita Renan, pode deixar a economia descoberta. Ele lembrou que o ministro quer comparecer à comissão.

## Senado precisa ser reconhecido pela sociedade, afirma Agaciel

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, disse ontem, durante palestra proferida aos alunos do curso "Formação para chefes de gabinete", realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que o Senado Federal precisa ser conhecido pela sociedade brasileira. Na avaliação do diretor-geral, a comunicação é fundamental para esclarecer a população sobre o papel da instituição.

– Queremos resgatar junto à sociedade a importância do Senado. Queremos ser reconhecidos como instituição importante para a vida política, econômica e social do

país – enfatizou Agaciel.

Com esse objetivo, o diretor-geral afirmou que a prioridade é fortalecer o quadro de servidores efetivos, com redução dos comissionados e dos terceirizados. Ele informou ainda que há mais de mil vagas deixadas por aposentadorias e pelo longo período sem a realização de concursos, e que já no próximo ano poderá haver concurso para suprir de 150 a 200 vagas.

O curso, que teve início em novembro do ano passado e deverá ser concluído em 14 de dezembro, formará 81 novos chefes de gabinete.



Agaciel profere palestra aos alunos do curso "Formação para chefes de gabinete", do ILB

## Inaugurado centro que reforça treinamento da Polícia do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou ontem o Centro de Treinamento da Polícia do Senado, formado por uma academia de ginástica com cerca de 20 equipamentos e espaço para a prática de lutas marciais. O local foi criado para os funcionários da Secretaria de Segurança Legislativa, mas também ficará à disposição dos senadores e dos funcionários de carreira em geral.

Renan afirmou, durante a inauguração, que se trata de um investimento mais do que necessário para a valorização do servidor, que é uma das grandes preocupações da atual Mesa do Senado. O presidente destacou ainda

que a academia deve assegurar melhor desempenho à polícia do Senado.

– Queremos dar condições à polícia para garantir a segurança da Casa, principalmente em momentos conturbados como este – disse Renan.

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), presente ao evento, lembrou que a instituição investe na educação, na saúde e agora na boa forma física dos funcionários. O diretor da Secretaria de Segurança Legislativa, Pedro Ricardo Carvalho, contou que a iniciativa pretende privilegiar a qualidade de vida e combater o estresse, além de integrar os servidores.



Márcia Kallume

## Homenagem à Bandeira tem presença de estudantes

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, participaram, no sábado, da solenidade de comemoração do Dia da Bandeira.

Cerca de 300 alunos de escolas públicas estiveram na cerimônia realizada no Congresso Nacional, onde foi executado o *Hino à Bandeira* pela Banda do Colégio Militar. Também presente ao ato, a Banda Musical Recanto Juvenil, do Projeto Social

Criança Feliz, de Ceilândia (DF), tocou *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso.

Renan Calheiros e Aldo Rebelo chegaram à rampa do Congresso às 11h45, onde foram recepcionados por tropa dos Dragões da Independência e pela Banda da Polícia Militar do Distrito Federal, que executou o *Hino Nacional*. Após a solenidade, os dois parlamentares concederam entrevista coletiva e visitaram o Museu do Senado.